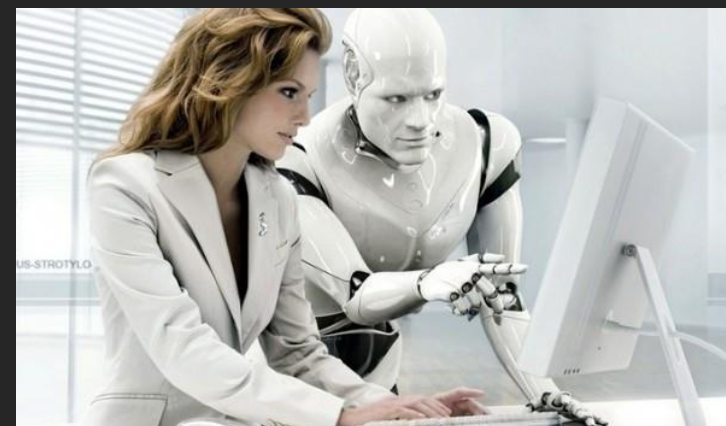


# A SUBSTITUIÇÃO DE GREVISTAS POR *ROBOTS*



**Ana Lambelho**  
CIEJ/ESTG/Politécnico de Leiria

# 1. Delimitação da questão de estudo

- A substituição do trabalho humano por máquinas como um problema “clássico” do Direito do Trabalho.
- A premência do tema face aos avanços tecnológicos
- A greve enquanto instituto privativo do Direito do Trabalho
- A tutela do direito à greve e a proibição de substituição dos trabalhadores em greve – o artigo 535.º e a sua aplicabilidade à substituição de trabalhadores por *robots*, durante a greve.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico*

- [STS de 4 de julho de 2000 \(Roj STS 5515/2000\)](#)

Resumo: a empresa de radiodifusão da Catalunha emitiu um programa musical e um jogo de futebol que estavam previamente gravados e que foram para o ar automaticamente, pois os recursos técnicos permitiam programar antecipadamente os programas a emitir e o respetivo início.



**Decisão:**

não há violação do direito à greve pois, “*no hay precepto alguno que prohíba al empresario usar los medios técnicos de los que habitualmente dispone en la empresa, para atenuar las consecuencias de la huelga.*”

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STS de 9 de setembro de 2003 \(Roj STS 7882/2003\)](#)

Resumo: a alegada violação do direito à greve resultava, entre muitos outros factos, da emissão, no meio do programa informativo que constituía serviços mínimos, de um *spot* publicitário pré-gravado e transmitido de forma automática, mediante o simples, pulsar de um botão por um trabalhador adstrito aos serviços mínimos.



**Decisão:**

não há um comportamento que contenda irremediavelmente com o direito à greve

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STS de 11 de junho de 2012 \(Roj STS 5579/2012\)](#)

Resumo: em dia de greve geral, empresas de televisão Bascas emitiram dois programas alegadamente informativos e, entre eles, publicidade pré-gravada (emitida de forma automática)



**Decisão:**

Houve violação do direito à greve porque se provou que os programas em causa não eram estritamente informativos (logo não eram serviços mínimos). Relativamente à emissão da publicidade, não houve lesão do direito à greve, pois o que a jurisprudência do Tribunal Constitucional espanhol impede é que os programas pré gravados sejam considerados serviços essenciais e executados por trabalhadores afetos aos serviços mínimos, mas não a sua emissão quando não lhe estejam afetos quaisquer recursos humanos, ou seja, quando seja feita de forma totalmente automática, como foi o caso.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- STS de 11 de junho de 2012 (Roj STS 5579/2012) – cont.

O STS entendeu que a denominada *esquirolaje tecnológica* era admitida, porquanto não implica a substituição de trabalhadores que, na aceção proclamada, só ocorre quando essa substituição seja feita por outros trabalhadores (do empregador, de terceiro ou autónomos).



**Voto de  
vencido:**

Manuel Ramón Alarcón Caracuel: a emissão automática de programas pré-gravados constitui também violação do direito à greve. A legitimidade de uma ação limitadora de um direito fundamental como o direito à greve não pode apoiar-se num argumento de interpretação *a contrario* da norma legal que regula, em Espanha, a substituição de trabalhadores nem no exercício de poderes diretivos, ancorados no princípio constitucional da liberdade de empresa, porquanto estes estão concebidos e protegidos pelo ordenamento jurídico para uma “situação de normalidade” e não para uma situação de conflito.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STS de 5 de dezembro de 2012 \(Roj STS 9176/2012\)](#)

**Resumo:** factos idênticos aos da sentença de 11 de junho de 2012 (Roj STS 5579/2012) MAS afirma posição diferente: “quando uma empresa do setor da radiodifusão sonora e de televisão emite programação ou publicidade por meios automáticos (...), mesmo que seja mediante a utilização de meios mecânicos ou tecnológicos, priva materialmente os trabalhadores do seu direito fundamental, esvaziando o seu conteúdo essencial de maneira que não cabe no uso das prerrogativas empresariais”. TODAVIA...

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- STS de 5 de dezembro de 2012 (Roj TS 9176/2012), cont.

O tribunal não considerou, no caso, violado o direito à greve por ausência, no processo, de factos que permitissem estabelecer o nexo de causalidade entre o comportamento do empregador e o alegado esvaziamento do direito à greve, isto é, de factos que permitissem aferir, na situação *sub judice*, a perda do efeito confrangedor próprio deste meio de luta.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STC 17/2017, de 2 de fevereiro](#)

**Resumo:** estação de televisão *Telemadrid*, em período de greve, emitiu um jogo de futebol da *Champions League*. A emissão foi realizada com o recurso a trabalhadores que não estavam em greve: um trabalhador do departamento de controlo central que comutou o sinal, no âmbito das suas funções habituais, segundo afirmou o tribunal; o coordenador do departamento de grafismo que colocou a “mosca” da *Telemadrid* no écran, como já fazia ou podia fazer fora do período de greve; o locutor, que relatou o jogo e o trabalhador que comunicou qual o codificador que deveria ser utilizado pela empresa que distribui o sinal.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STC 17/2017, de 2 de fevereiro](#) (cont.)

**Ponto de partida da análise do Tribunal:** Não estava em causa a substituição interna de trabalhadores, mediante a atribuição aos não grevistas de outras tarefas, mas a utilização de não grevistas nas suas funções habituais e de meios tecnológicos que não eram habitualmente utilizados nas emissões, mas de que a empresa dispunha, para permitir a laboração em condições de relativa normalidade.

## 2. A jurisprudência espanhola sobre *esquirolaje tecnológico* (cont.)

- [STC 17/2017, de 2 de fevereiro](#) (cont.)

O TC entendeu que se a substituição da atividade dos trabalhadores grevistas pelos meios tecnológicos não põem em causa o direito à greve.



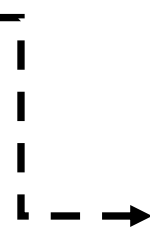
**Voto de  
vencido:**

Fernando Valdés Dal-Ré, Adel Asua Batarrita e Juan Antonio Xiol Ríos: discordam com a qualificação dos factos assumida pelo Tribunal – no seu entender, os factos dados como provados e nos quais o tribunal tem de apoiar a sua pronúncia permitiam uma leitura diferente, isto é, afirmar que as tarefas desempenhadas pelos trabalhadores não grevistas não eram as suas tarefas habituais, operando-se, portanto, a substituição interna dos trabalhadores – e mostram preocupação com a doutrina constitucional no que toca à proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores perante uma atuação empresarial restritiva desses mesmos direitos, nomeadamente através do recurso às novas tecnologias.

### 3. A Substituição de grevistas por *robots* à luz do Direito português

- A letra do artigo 535.º CT: “...substituir os grevistas por pessoas...”

- *Ratio* da norma - - -



Aplicação à substituição de  
trabalhadores por *robots*

### 3. A Substituição de grevistas por robots à luz do Direito português

**O artigo 535.º CT não permite a contratação para substituir grevistas, logo:**

- O empregador não pode, durante a greve, alugar ou comprar meios tecnológicos para substituir os trabalhadores em greve;
- O empregador não pode alugar robots para melhorar a produtividade nos períodos de não greve e, assim, minorar os efeitos da greve

### 3. A Substituição de grevistas por robots à luz do Direito português

**O artigo 535.º CT não permite que o empregador desloque trabalhadores de outro estabelecimento ou serviço, logo:**

- O empregador não pode deslocar meios tecnológicos de outro estabelecimento ou de outra empresa do grupo para o serviço/empresa em greve
- O empregador não pode dar aos meios/*robots* usados no serviço uma utilização completamente diferente, por exemplo, reprogramando-os

### 3. A Substituição de grevistas por robots à luz do Direito português

**O empregador não pode contratar empresa para realizar tarefa do trabalhador em greve (artigo 535.º, n.º 2, CT), logo:**

- O empregador não pode contratar com outra empresa a realização do trabalho dos grevistas por meios totalmente automáticos

Obrigada pela atenção

**Ana Lambelho**

[ana.lambelho@ipleiria.pt](mailto:ana.lambelho@ipleiria.pt)